



Diário da Assembleia

Nº 37

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 31.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1983

(Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Antônio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte (44); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nestor Baptista, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Ferrari Júnior, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Orlando Pesuti, Quielse Crisóstomo, Rubens Bueno, Tércio Albuquerque (13); e em licença especial, o Sr. Deputado Wilson Fortes (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 49/83

Curitiba, 25 de abril de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação e Compromisso, números 8 a 14, celebrados em 08 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e respectivamente os Municípios de SANTA FÉ, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, DOUTOR CAMARGO, OURIZONA, SANTA HELENA, FLORESTA e QUEDAS DO IGUAÇU, objetivando a construção de terminais rodoviários nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso nos próprios textos do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Telex:

Do Sr. CARLOS ALBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, Presidente da Associação Comercial do Paraná, nos seguintes termos:

“ENCARECEMOS A VOSSA EXCELENCIA PARTICIPAR DEMAIS DEPUTADOS ESSA CASA DE LEIS O APOIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANA AO PROJETO DE LEI DO DEPUTADO NILSO SGUAREZI SOBRE A REVOGAÇÃO DO ARTIGO QUE PERMITE O AUMENTO SEMESTRAL E AUTOMATICO DAS CUSTAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, HOJE QUANTIFICADAS EM VALORES ABSOLUTAMENTE EXCESSIVOS”.

— Ao Conhecimento da Casa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do PDS, vem indicar para composição da Comissão Especial para viagem à Brasília, propondo soluções aos problemas da agricultura, os seguintes Deputados:

AUGUSTO CARNEIRO

BASÍLIO ZANUSSO

EDGARD PIMENTEL

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, o encaminhamento de expediente à CCJ, acompanhado do ato que deu origem a prestação de serviço efetuado entre este Poder e a firme Hoyler Consultores Associados, consultando a mesma sobre a sua legalidade.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido justica-se, em face de que, criou-se em termo do assunto polêmica que foi matéria jornalística bastante explorada, além de que se dispendeu vultosa soma dos cofres públicas. Portanto, nada melhor do que o órgão consultivo máximo da Casa se pronunciar sobre o referido ato, dirimindo-se certas dúvidas e procurando assim corrigir a imagem que ficou desgastada do Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições legais e no cumprimento das exigências regimentais, vem REQUERER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis de matéria publicada no jornal "Folha de Londrina", do dia 28 de abril de 1983, que trata da situação do jornalista Juvêncio Mazzarollo, página 13, segundo caderno.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O referido artigo trata da situação de Juvêncio Mazzarollo, do jornal "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, relatando do ponto de vista histórico e político o sentido desta condenação pela Lei de Segurança Nacional. Pela sua importância na luta travada pelo povo brasileiro para conquistar a liberdade política, justifica-se o referido pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, APÓS ouvido o Plenário, seja o Projeto de Resolução n.º 04/83, encaminhado à apreciação da Comissão de Recursos Humanos, após recebido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983

(a) NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, para que solicite ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da SUCEPAR, o envio de uma equipe técnica para averiguar o problema da erosão urbana e rural no Município de Cianorte e Distritos de São Lourenço e Vidigal, assim como o Projeto Noroeste, com o Ministério do Interior.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Primeira. A vossoroca provocada pela erosão, utilizada na Avenida Maranhão, popularmente conhecida como "Mãe Biela", após contínuas chuvas, começa a comprometer a via de acesso construída no local, em duas pistas pavimentadas;

Segunda. As vossorocas na Avenida São Paulo e Avenida Bahia também iniciam processo de alastramento;

Terceira. A vossoroca na Avenida América inicia prejuízos à via férrea que passa pelo local, assim como ameaça algumas indústrias das proximidades;

Quarta. A erosão no Distrito de São Lourenço, além de causar preocupações no meio rural, ameaça a instalação do cemitério local, o que inclusive ocasionou um projeto a nível municipal, de transferência do cemitério;

Quinta. O mesmo ocorre no Distrito de Vidigal, com referência à erosão urbana e rural.

Diante dessas justificativas, solicitamos o estudo do problema da erosão em Cianorte e Distritos de São Lourenço e Vidigal, assim como o Projeto Noroeste, firmado com o Ministério do Interior.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de dois trevos em Cianorte, no acesso para as Avenidas Maranhão e Pernambuco.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Primeira. A via de acesso à Avenida Pernambuco, popularmente conhecida como "Entrada da Serraria do Barbara" é amplamente utilizada pelos que trafegam no sentido Umuarama-Cianorte;

Segunda. O mesmo ocorre com o acesso pela Avenida Maranhão, situada, assim como a Avenida Pernambuco, mais próxima do que a entrada principal, para os que vêm de Umuarama;

Terceira. Pelo uso contínuo e intensidade de tráfego, ambas as vias não oferecem as devidas medidas de segurança, ocasionando com freqüência, acidentes no local.

Diante dessas justificativas, solicitamos a construção de dois Trevos de acesso em Cianorte - Pr.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Bandeirantes, e ao Serviço de Obras Sociais, do mesmo município, pela realização do XVI Congresso Nacional dos Serviços de Obras Sociais, naquela cidade, nos dias 23 e 24 deste mês.

Solicito ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Bandeirantes e à Senhora Presidente do S.O.S da mesma cidade.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que o Sr. JOÃO SOARES seja ouvido na Comissão de Segurança, pois segundo denúncias do Sr. Deputado Airtton Cordeiro o mesmo teria sido constrangido pelo Sr. Secretário de Assuntos Comunitários e pela Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento: NILSO SQUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a conservação pelo DER, da estrada intermunicipal que liga Altamira a Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Altamira, recém instalado, não tem condições de manter a estrada em tela em conservação ideal,

pois o tráfego da estrada é constante, dado que por ali circula toda a safra, a qual é muito grande, para os centros maiores.

Daí a necessidade de que o DER faça a presente conservação colaborando não só com o Município de Altamira, mas também com o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de ser construído no Município de Altamira uma Unidade Sanitária.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos que a saúde do povo deve ser a suprema lei, e Altamira, Município recém instalado, não conta ainda com uma unidade sanitária capaz de minorar o sofrimento de sua população, a qual é como a maioria do povo brasileiro, carente e que necessita ser atendida urgentemente.

Daí a presente solicitação, para que o mais breve possível, realize-se estudos para implantação de unidade sanitária tão necessária para o desenvolvimento do município e para segurança dos habitantes daquele município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, solicitando que seja estadualizado o ensino de Primeiro Grau no Município de Altamira.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Altamira, recém instalado, está carente de todos os recursos imagináveis, daí não poder arcar com o pesado ônus da manutenção do ensino de primeiro grau, solicitando-se que o Estado, através da Secretária da Educação assumo o mesmo, para que os menores que lá estudam não sejam prejudicados no seu aprendizado e possam usufruir de uma educação capaz de fazê-los peças importantes para a sociedade que queremos e desejamos construir.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando sejam determinadas urgentes providências daquela Pasta visando a instalação de um destacamento policial na localidade denominada Borda do Campo, no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação que ora é apresentada, tem por finalidade atender a mais de 2.300 habitantes que residem na localidade

denominada Borda do Campo, composta de diversos loteamentos, no Município de São José dos Pinhais.

Atualmente o atendimento policial nos casos de emergência que se faça necessário, somente pode ser encontrado junto à sede do Município de São José dos Pinhais, distante mais de 12 quilômetros.

Considerando a grande onda de violência que assola a nossa sociedade, é óbvio que aquela localidade também vem sentindo inúmeros problemas referentes à segurança de sua população, necessitando assim as providências dos Poderes Públicos no atendimento para a tranquilidade das famílias ali residentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja formulado veemente apelo ao Diretor do Crédito Agrícola do Banco do Brasil em Brasília, Dr. ALÉCIO VAZ PRIMO, no sentido de que seja instalado no Município de São Tomé, Estado do Paraná, uma Agência do Posto avançado do Banco do Brasil, a fim de atender os interesses daquela região agrícola.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. DENI SCHWARTZ, DD. Secretário dos Transportes, solicitando a construção de ponte sobre o Rio Cantu, na estrada que liga Nova Cantu - Altamira, com recursos da Secretaria em tela.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A presente ponte é necessária a sua construção, dado o movimento da estrada que liga Nova Cantu - Altamira, tendo em vista que o Município de Altamira, como também o Município de Campina da Lagoa, são grandes produtores de soja, trigo, milho e outros cereais, e por esta estrada circula quase toda a safra do município que hoje necessita de tal benefício.

Sabedores que somos que Altamira está no seu primeiro ano de instalação, seria impossível para o mesmo a construção da referida ponte, daí as lideranças daquele município estarem solicitando que a mesma seja construída com a devida urgência e com recursos do Governo do Estado.

O auxílio estatal seria representado por um autêntico mutirão praticado pelos órgãos públicos diretamente ligados à conservação das rodovias vicinais que assegure o plano das safras; a manutenção de postos e mini-postos de saúde; o perfeito funcionamento da vida escolar, a abertura de novas frentes de trabalho que fixem o trabalhador em sua própria terra; o fornecimento, em forma de doação ou empréstimo, de máquinas e outros equipamentos às Prefeituras mais carentes; o fornecimento de combustíveis e quaisquer outras formas de auxílio em caráter de prioridade.

Somente na região que aqui representamos nesta Casa, podemos enumerar municípios que hoje atravessam aflitiva situação: Vera Cruz do Oeste, Cafelândia do Oeste, Braganey, Três Barras do Paraná, Nova Santa Rosa, Tupãssi, Nova Prata, Pranchita, Santa Terezinha de Itaipu e Boa Vista da Aparecida.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação para que autorize a instalação de um Núcleo Regional de Ensino no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Pólo de uma importante região do Estado, para o Município de Pitanga já convergem estudantes de várias cidades vizinhas. Embora, atualmente, o município não seja sede de um Núcleo Regional, várias decisões na área do ensino já são tomadas de acordo com as adotadas em Pitanga. Sendo assim, a criação do Núcleo Regional viria oficializar a participação daquele município no desenvolvimento educacional daquela região.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, para que autorize o envio de uma Viatura Policial para a Delegacia de Lunardelli.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

A população daquele município é ordeira e pacífica, mas para que a lei e a ordem sejam mantidos em Lunardelli se faz necessário um maior apoio ao aparato policial existente. Assim, é necessário a imediata designação de um veículo para a Delegacia local, a fim de que se possa dar maior proteção ao povo ordeiro e trabalhador de Lunardelli.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando a implantação de um Plano de Emergência, englobando a ação conjunta de todas as Secretarias de Estado e outros organismos públicos como a Famepar, para socorrer os municípios paranaenses recém-instalados e que passam, no momento, por sérias dificuldades de ordem financeira.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A grave crise que hoje envolve o Brasil, atingindo também estados e municípios, recai de forma mais contundente sobre as unidades instaladas nos últimos anos e que lutam desesperadamente por sua sobrevivência, arrastando as maiores dificuldades.

Sabemos perfeitamente, que todos os municípios paranaenses, principalmente os de menor arrecadação, sofrem os rigores da crise conjuntural. Entretanto, as novas unidades, criadas e instaladas nestes últimos quatro anos, devem merecer um tratamento especial em favor de suas combatidas finanças.

Através das Secretarias de Agricultura, dos Transportes, da Saúde e Bem Estar Social e Interior dentre outras, além da Famepar como órgão específico na área municipalista, o Governo do Estado precisa, com a maior urgência possível, socorrer as Prefeituras dos novos municípios que se acham à beira do colapso total.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio

de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, para que autorize a abertura de um Posto da CAFE DO PARANÁ, no Município de Turvo.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O recém-criado Município de Turvo, está numa região de produção agrícola bastante acentuada, o que, por si só, já justifica esta nossa reivindicação. A abertura de um Posto da CAFE DO PARANÁ naquele município viria a intensificar o incentivo à agricultura que vem sendo dado pelo Governo José Richa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, para que autorize a abertura de um Posto da CAFE DO PARANÁ, no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Empresa que se dedica ao fomento da agricultura em todo o Estado, através da assistência técnica e da distribuição de sementes, a CAFE DO PARANÁ é uma das principais responsáveis pelo implemento no setor, atendendo assim à política agrícola, necessita da participação da empresa no processo da ampliação da área plantada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, para que autorize a instalação de um Distrito Sanitário, no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

O atendimento à população mais carente do Estado é uma das metas da nova administração estadual. Pitanga, por ser um município sede de uma região, vê convergirem para lá os necessitados de assistência de várias outras cidades de menor porte. Este atendimento somente poderá ser ampliado cada vez mais, se o município passar a ser sede de um Distrito Sanitário Metropolitano. Esta reivindicação é das mais justas e representa uma antiga aspiração daqueles que representamos neste Poder.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado dos Transportes no sentido de que efetue a construção de uma Estação Rodoviária no Município do Pinhão, tendo em vista que atualmente o terminal está sendo efetuado em um bar que não possui instalações condizentes, proporcionando um desconforto total aos usuários, além de ser um ambiente impróprio à frequência de senhoras, senhoritas e crianças.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviada mensagem via telex, aos Ministros da Agricultura, e do Planejamento, nos seguintes termos "A Assembléia Legislativa do

Estado, por decisão de seus integrantes manifesta vossencia preocupação com perspectiva não ser praticada cultura de inverno de cevada, em especial pela Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda., principalmente produtora do cereal no Paraná, com possíveis reflexos no grave problema desemprego e solicita urgente estudo para fixação até 15 de maio dos preços mínimos com dez por cento acima dos preços mínimos do trigo, considerando custos de produção maiores que da cultura do trigo, como forma necessário incentivo cooperador".

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 38/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a 20ª Subdivisão Policial, com sede na cidade de Nova Esperança e com jurisdição nos Municípios de: Florai, Presidente Castelo Branco, Atalaia, Uniflor, Cruzeiro do Sul, Paranaity, Inajá, Paranapoema e Jardim Olinda, desmembrando-os da 9ª Subdivisão Policial, com sede em Maringá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem por objetivo oferecer melhores condições de segurança a toda região implícita no projeto.

Sendo Nova Esperança, sede de Comarca, cidade com uma infra-estrutura das melhores do Estado, polo-mini-regional, entroncamento rodoviário, com acesso por rodovias pavimentadas para o Estado de São Paulo e a todos os municípios limítrofes.

Com a criação da subdivisão proposta, os senhores delegados e os policiais civis e militares, serão melhores orientados e treinados para desmantelarem poderosas quadrilhas de contrabandistas que agem na região.

Para acomodar a referida subdivisão existe o prédio da Delegacia e Cadeia Pública. É construída de alvenaria, edificada num terreno de 5.000 m², com área de 700 m², contendo 23 dependências e seus espaços físicos iriam comportar a instalação da Subdivisão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Péricles Pacheco, inscrito.

O SR. PÉRICLES PACHECO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para tecer considerações sobre 'META: CONSUMO DE ÓLEO ZERO'. Em primeiro lugar, vou discorrer sobre a Empresa Klabin do Paraná. (Lê):

"Klabin do Paraná foi implantada no início da década de 40 e começou a operar em 1946, como pioneira produtora de celulose utilizando a araucária nativa e fabricando 120 t/dia de papel imprensa e cartão.

Hoje, é a maior indústria integrada de papel e celulose da América Latina, com produção diária de 1.200t de papel imprensa, papéis de impressão, papéis de embalagem e polpa moldada.

Além dessas atividades, produz madeira serrada e beneficiada, breu, terebintina, talco e opera mina de carvão e usina hidrelétrica de 22 MW, bem como para seu consumo próprio plantou e mantém 87.000 ha de floresta de Pinus, Araucária e Eucaliptus. Atualmente, todas essas atividades oferecem 9.250 empregos diretos.

O faturamento consolidado de Klabin do Paraná, em 1982

foi de Cr\$ 78,4 bilhões e seu patrimônio líquido, em 31.12.82, era de Cr\$ 55,5 bilhões. A produção de papel, consolidada com as suas controladas Papel e Celulose Catarinense S.A., Klabin Embalagens S.A. e Papelão Ondulado do Nordeste S.A. — Ponsa, foi de 490,7 mil t, 14,3 por cento da produção nacional de papel. Incluindo a Riocell, cujo controle foi adquirido em 1982, a produção total de celulose e papel se eleva a 665.000 t.

Aemprea foi pioneira no País na implantação de caldeira de recuperação química e térmica, bem como na utilização de carvão mineral como combustível para a produção de vapor de processo, e hoje suas necessidades energéticas são atendidas por carvão, lenha e caldeira de recuperação, usinas hidrelétrica e termelétrica próprias e compra da parcela restante de energia elétrica necessária da concessionária estadual (COPEL).

Klabin do Paraná, fiel à sua tradição de consecução de soluções próprias e regionais de matérias-primas, combustíveis e tecnologia, quando se configurou a crise cambial, associada à prevista escassez mundial de petróleo, se propôs, num novo desafio, a atingir a meta de Consumo Zero de óleo Combustível.

O PROJETO.

Com o objetivo de eliminar o consumo de óleo em suas instalações, Klabin do Paraná iniciou em 1980 um novo projeto na área de energia. A execução desse projeto, que contou com o apoio financeiro do sistema BNDES, através do programa "CONSERVE", compreende as seguintes instalações:

- . caldeira de vapor para casca de madeira e carvão mineral
- . fábrica de combustível de biomassa, para substituição do óleo no Forno de Cal.
- . recuperação de tall oil e terebintina (sub-produtos do processo de fabricação de celulose, e que também são utilizados para queima no forno de cal, em substituição do óleo).

O investimento envolvido nessas instalações é da ordem de US\$ 30 milhões e deverá permitir à empresa, dentro de pouco tempo, atingir a ambicionada meta de "consumo de óleo zero".

A caldeira proporcionará também o suprimento adicional de vapor necessário para a operação da nova Máquina de Papel nº 8, cujo projeto se encontra em andamento.

CALDEIRA DE CASCA/CARVÃO

A nova Caldeira possui capacidade de geração de vapor de 150 t/h, à pressão de 46 kg/cm² e pode operar com casca de madeira carvão mineral ou uma mistura desses combustíveis.

A casca é separada nos descascadores a seco, classificada numa peneira, repicada e transportada para o pátio de estocagem. Do pátio, a casca é transportada para a caldeira, onde é queimada sobre grelhas rolantes.

O carvão é recebido da mina em 4 silos, e através do sistema de dosagem e transporte, alimenta os moinhos, onde é pulverizado para queima.

A caldeira é de fornecimento da CBC, o sistema de transporte de combustível da Fábrica de Aço Paulista, a montagem ficou a cargo de A. Araújo S.A. e a construção civil da Prisma Industrial S/A.

Fábrica de Combustível — Biomassa

Esta instalação pioneira utiliza cavacos de madeira, serragem e outros resíduos de biomassa para produção de combustível.

A instalação conta com duas linhas, cada uma com capacidade aproximada de 100t de combustível útil por dia.

Na linha 1, a biomassa recebida na forma de serragem e particulados finos é transportada para um secador rotativo de passagem tripla, classificada em peneira vibratória e estocada nos silos para posterior queima no Forno de Cal na forma pulverizada ou para fabricação de "pellets".

Na linha II, a biomassa é recebida na forma de cavacos, secada, moída, seguindo após o mesmo fluxo da linha I.

O poder calorífico médio desse combustível é de 4.000 Kca1/kg e praticamente pode-se considerar que 2,5 kg de biomassa substituem 1 kg de óleo.

O combustível assim produzido pode ser queimado na forma pulverizada ou em "pellets" sobre grelhas. Em ambos os casos é possível um manuseio prático e uma combustão eficiente e de fácil controle, permitindo a substituição do óleo combustível em equipamentos já existentes com menores custos de adaptação do que no caso da utilização direta de madeira".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos dando entrada nesta Casa, de requerimento no seguinte teor: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental REQUER, após ouvido o Plenário, solicita envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que a Secretaria de Educação dê a denominação de "PEDRO BOARETTO NETO" ao Colégio Polivalente de Cascavel.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1983.

JUSTIFICATIVA:

O Oeste do Paraná encontra-se enlutado com o falecimento, em lamentável desastre automobilístico, do destacado empresário PEDRO BOARETTO NETO e sua esposa Da. MARIA DULCE PIZZANI BOARETTO, ocorrido na última segunda-feira na Rodovia BR-277, nas imediações da cidade de Irati.

Na história do desenvolvimento de Cascavel e da região Oeste do Estado o nome de Pedro Boaretto Neto já estava de há muito incorporado pelo extraordinário trabalho que aquele saudoso líder realizou ao longo dos últimos 25 anos em que residiu em Cascavel. Madeireiro, agricultor, diretor-secretário da COOPAVEL, sua atuação não se esgotava apenas no setor empresarial. Foi ele também um cidadão prestativo e benemérito que ajudou a fundação do Rotary Clube de Cascavel.

É das mais justas, portanto, a homenagem póstuma que propomos e que traduz também, o sentimento da comunidade cascavelense e do Oeste do Paraná".

Efetivamente, o Sr. Pedro Boaretto Neto foi um cidadão polivalente na construção do progresso de Cascavel e da região Oeste, então, nada mais justo do que transferir o nome daquele Colégio Polivalente, tão somente conhecido como Colégio Polivalente de Cascavel, dando a este estabelecimento de ensino, o nome do saudoso e inesquecível Pedro Boaretto Neto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento em que especialistas na área do comportamento humano enfatizam a crescente importância do lazer como componente indispensável da formação do ser humano e de sua ação sobre o meio em que vive, notamos, surpresos, a preparação de medidas que ao mesmo tempo em que contrariam frontalmente as afirmativas dos especialistas, solapam uma das mais antigas e sólidas conquistas dos estudantes brasileiros: o desconto de cinquenta por cento do preço dos ingressos nos espaços de lazer, principalmente nos cinemas.

O louvável projeto elaborado pela EMBRAFILME de possibilitar a meia entrada em cinemas para todos, nas Capitais e em cidades com mais de 200 mil habitantes e em deter-

minados horários e dias da semana, não pode, de maneira alguma, restringir a dias e horários pré-estabelecidos o uso da identificação estudantil que tem garantido aos estudantes o desconto na aquisição do ingresso nos cinemas. É preciso, pois, que essa conquista seja salvaguardada.

A expansão dessa conquista para toda a população, medida que merece nosso irrestrito apoio, pois certamente ampliará as já escassas opções de lazer do nosso povo, não pode e não deve ser implantada com o sacrifício daqueles que tanto lutam para manter intacta a conquista tão duramente alcançada e tantas vezes abordada por tentativas de revogação do benefício.

O momento atual exige que se pense na multiplicação das opções de lazer, cujo benefício para o equilíbrio psicológico do ser humano é inegável.

É imprescindível, portanto, que organismos públicos e privados, cuja ação básica é a oferta de oportunidades de lazer, expandam suas atividades no intuito de atender, na quantidade e na diversidade, as necessidades do nosso povo. Expansão, no entanto, não pode significar restrição.

É nesse sentido, portanto, que hipotecamos aos estudantes nossa solidariedade.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Senhora Deputada Irondi Pugliesi. (Ausente).

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Caíto Quintana. (Ausente).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus, inscrito. (Declina).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Almeida, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Os municípios paranaenses estão enfrentando sérias dificuldades, as quais são do perfeito conhecimento de todos nós. Sabemos que essas dificuldades assumem contornos maiores nas comunas de médio e pequeno porte, e que estão dificultando a atuação dos administradores que assumiram neste início de ano. E vão continuar prejudicando até que a casa seja posta em ordem e que os problemas sejam superados.

E quais são esses problemas?

São muitos, e por causas diversas. Mas podemos agrupá-los em dois tipos principais:

— AQUELES DECORRENTES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE QUE CERCEIA A AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS;
— E AQUELES DEIXADOS COMO "HERANÇA" PELA ADMINISTRAÇÃO ANTERIOR.

No primeiro caso há esperança de que com o passar do tempo a situação venha a ser alterada, pois agora temos uma nova consciência política e o poder de pressão da oposição, especialmente do PMDB, é bem maior. O PMDB sempre esteve preocupado em mudar e agora tem mais força para isso e vai conseguir, ao contrário do PDS, que embora dizendo-se contrário à política de arrocho municipal, não usou sua posição majoritária para modificar a situação.

No segundo caso o assunto é mais grave, os problemas não decorrem da lei, mas da má administração anterior e principalmente da malversação dos recursos, notadamente no último ano, que era o ano eleitoral de 82.

Obrigados, induzidos, acobertados ou simplesmente com o beneplácito das "vistas grossas" dos "caciques" que agiam como donos do Paraná, os Prefeitos se lançaram na aventura de

ganhar a eleição a qualquer preço. Sem lembrar que o preço seria pago pelo povo e por isso o povo deu o "basta", em larga maioria, no pleito de novembro passado.

.....

Ainda que possa parecer desnecessário, vale recordar alguns dos principais problemas que estão concorrendo para deixar as Prefeituras paranaenses em "estado pré-falimentar".

A questão do centralismo causa imenso dano aos municípios; as Prefeituras estão descapitalizadas, as dívidas se acumulam a ponto de muitos prefeitos já reclamarem a existência de um fundo de emergência para socorro dos municípios.

O centralismo tributário assemelha-se a uma verdadeira "pilhagem" dos municípios. Basta citar que a "partilha" do BOLO da arrecadação é desfavorável ao município que é a célula onde toda arrecadação é gerada. Segundo o Tribunal de Contas da União, do total arrecadado, setenta e seis por cento vai para a União, vinte e dois por cento para o Estado e apenas e tão somente dois por cento para a Prefeitura. E um recente estudo da FAMEPAR é mais sombrio, diz que na verdade o município está recebendo apenas, um vírgula dois por cento do "bolo". Os Municípios, que são os verdadeiros geradores do ICM ficam apenas com vinte por cento, quando o ideal seria, no mínimo, trinta por cento.

Outro item notável: ao município são jogados encargos diversos sem se consultar as possibilidades da Prefeitura. São despesas que caberiam ao Estado e a União, entre as quais os gastos com a segurança pública e, principalmente, com a educação. Há pequenas Prefeituras que estão arcando com as despesas total em escolas da rede estadual, desde pagamento de professores até a conservação e manutenção. Um exemplo: a Prefeitura de Piraquara gasta mensalmente mais de treze milhões de cruzeiros somente em salários de professores, e a isso acrescenta-se os encargos sociais. Em Araucária mais de noventa por cento dos professores da rede estadual são pagos pelo município. Outro detalhe: o município é por natureza o gerador da demanda de energia elétrica, para a construção de usinas hidrelétricas, suas terras são inundadas e não obstante a isso as prefeituras nada ganham em contra-partida, tendo inclusive que arcar com despesas de iluminação de seus prédios, de suas escolas, de suas praças, cobrindo também os gastos com a manutenção da rede de distribuição na cidade.

Isto, Senhores Deputados, é uma pequena mostra.

Mas para estes problemas resta a esperança de que as coisas podem ser mudadas, basta alterar a legislação e conseguir que o Estado passe a colaborar com as prefeituras, ao menos pagando as despesas de sua responsabilidade, o que no fim não seria uma "colaboração", mas uma "obrigação".

O que preocupa mesmo, Senhores Deputados, é a triste herança deixada pelos prefeitos que entregaram o cargo neste começo de ano, especialmente aqueles do então partido do governo para os quais não faltavam recursos da área estadual. Preocupa porque eles deixaram dívidas e mais dívidas, acumulando problemas que não há meios de superar, deixando uma caótica situação que independe da lei para modificar. E com isso, prejudicam os novos prefeitos e penalizam as populações dos nossos municípios.

São muitos esses problemas, porém aqui alinharemos apenas alguns, entre os que julgamos mais destacáveis:

— A MÁ ADMINISTRAÇÃO: vendo a derrota iminente, os administradores do PDS passaram a trabalhar unicamente na campanha eleitoral, esquecendo de cuidar do seu município, deixando de atender aos seus compromissos. Enfim, relegando a administração a plano secundário. Outros, pela notória falta de competência acabaram por comprometer a administração municipal.

— OS GASTOS EXAGERADOS, deliberadamente feitos com fim eleitoral, comprometendo a já cambalante estrutura financeira do município. Entram aí as excessivas contratações

de pessoal, onerando a folha de pagamento, resultando em salários atrasados que agora os novos prefeitos são obrigados a colocar em dia. Prefeituras há, e pequenas diga-se de passagem, que tiveram contratação de funcionários em cerca de setenta por cento além do necessário. Só para dar um exemplo, um município do interior tinha quatro motoniveladoras e 16 operadores; 20 motoristas para apenas cinco caminhões.

O festival de gastos incríveis chega às raias do absurdo, do escândalo. Um pequeno município gastou Cr\$ 750.000,00 de propaganda numa simples inauguração de um ginásio de esporte, a cujo evento estavam presentes os candidatos do PDS ao Governo e ao Senado. E note-se, esse município não tem jornal de grande circulação, nem veiculou nada na Rede Globo. Seria um gasto em propaganda pura e simples???

Mas isso não é muito: dou-vos outro exemplo: em novembro, coincidentemente o mês da eleição, uma prefeitura registrou Cr\$ 4.403.000,00 de receita, e teve uma despesa de Cr\$ 2.247.000,00 somente em COMBUSTÍVEL e MANUTENÇÃO de veículos. Exatamente cinquenta por cento da receita. E é um município pequeno, com poucas estradas, perto da capital; e seus veículos estão hoje em péssimo estado de conservação, não se justificando a manutenção declarada.

Nesse mesmo município, que não tem rádio, nem jornal nem televisão, nem sequer serviço de alto-falante, foram gastos em novembro Cr\$ 600.000,00 em PROPAGANDA. Mais de meio milhão em propaganda... Interessante é que em dezembro a despesa com combustível caiu para vinte por cento da arrecadação. Será que foi porque em dezembro não houve eleição?

Mas este dado é mais escandaloso ainda:

Para uma obra no município, com cerca de 200 metros quadrados foram gastos 699 sacos de cimento e 20 mil tijolos, e mais 500 sacos de cal. Quinhentos vidros, com notas pagas inclusive de colocação, mas até hoje os vidros não foram colocados. E os Senhores já imaginaram, um Centro Social RURAL com vidro fumê? Tem mais: Cr\$ 200.000,00 de tinta e a obra até hoje não foi pintada. Um milhão de cruzeiros em madeira numa obra de ALVENARIA. Só para rematar: já no ano passado a Prefeitura pagou pelo terreno onde construiu essa obra um preço exagerado. Hoje, com a valorização o preço do alqueire está em Cr\$ 400.000,00. Pois quando comprou a área a Prefeitura já pagou Cr\$ 600.000,00 POR UM TERÇO DE ALQUEIRE. Isto é, o equivalente a Cr\$ 1.800.000,00 o alqueire, que agora está em cerca de Cr\$ 400.000,00.

Poderia desfilar ainda outros exemplos, mas acho que isto que acabo de expor é suficientemente claro...

Quero dizer que para esses problemas a solução é a PUNIÇÃO exemplar porque a malversação, a corrupção e a subserviência acabam sempre sendo pagas pelo povo, o maior prejudicado, o único sacrificado.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, devo ressaltar que não venho aqui movido por espírito de vingança ou de perseguição. Não é da minha formação. Todavia, é uma obrigação denunciar, trazer os fatos ao conhecimento da opinião pública, porque os atuais prefeitos não poderão trabalhar e fazer uma administração como planejaram, e a qual prometeram ao seu município, exatamente em face das dívidas que encontraram, da difícil situação em que encontraram as prefeituras."

Muito obrigado.

O Sr. **Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Agradeço Deputado Ervin Bonkoski e diria a Vossa Excelência o seguinte, não quero defender particularmente nenhum Prefeito do nosso partido que deixou o mandato dia 31 de janeiro, mas Vossa Excelência comete, eu acho, uma injustiça. Porque ao mesmo tempo que diz, que começa o seu pronunciamento falando da injustiça tributária, a distribuição das parcelas do bolo do imposto arrecadado, Vossa Excelência diz

que o nosso Governo dedicou, às Prefeituras municipais, enormes quantias de dinheiro, que é verdade.

Acho que se alguma dívida houver nas Prefeituras, isto falo de uma maneira genérica, porque Vossa Excelência também está falando de maneira genérica, não se referiu a nenhum caso em particular...

O SR. ERVIN BONKOSKI — Nós estamos fazendo o levantamento de algumas Prefeituras, Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Então eu acho que o Estado do Paraná tem capacidade também, o Governo de Vossa Excelência, de dar às Prefeituras as mesmas importâncias para que as dívidas sejam pagas, ou sejam implementados programas administrativos. O Estado tem recursos para isto. Tanto tem que os Governos passados dedicaram às Prefeituras grandes transferências de dinheiro.

E diria só mais, para complementar, com relação à reforma tributária que Vossa Excelência colocou no início de seu pronunciamento. Deputado, não é necessário apenas a reforma tributária. Temos que também fazer uma reforma de atribuições, porque hoje, apesar da união, pegar a parte do "leão" da fatia tributária, o Estado em segundo e o município em último lugar, também houve uma confusão, um entrelaçamento de atribuições dos mesmos poderes.

O Estado hoje absorve algumas coisas que teriam que ser do âmbito municipal. A mesma coisa a União faz com que o Estado que deveria ter recursos para determinados programas, tenha que transferir-los do Governo Federal. Precisamos de uma reforma administrativa global em que os dinheiros públicos sejam redistribuídos, e as funções também, para que possamos dar ao município a sua competência administrativa, com os necessários recursos administrativos ao Estado e também à União.

Era este o aparte. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Muito obrigado, Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Posso informar a Vossa Excelência, que além de concordar com o seu raciocínio, informar que a própria Associação dos Municípios do Estado do Paraná, em sua carta, reivindica trinta por cento para os municípios, do ICM. E quanto à disponibilidade do Governo do Estado, já é sabido de todos os Srs. Deputados e do público do Paraná, que há um déficit orçamentário de quase cinqüenta bilhões...

O Sr. Gabriel Sampaio — É uma previsão, nobre Deputado.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Não possibilita tirar do caos as Prefeituras.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Ervin Bonkoski, Vossa Excelência permite só mais um pequeno aparte? (Assentimento).

Tenho minhas dúvidas — e nós comprovaremos isto com números, ao final do exercício. Mas, quero crer, que pela safra, que nós teremos este ano, que a previsão foi subestimada, nós teremos talvez, o fechamento do nosso orçamento, sem nenhum milhão, nenhum tostão de débito, coisa que nós só poderemos comprovar ao final do exercício. É uma previsão do déficit só, uma previsão.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Mas, tenho uma informação segura, de que o déficit era de oitenta e poucos bilhões de cruzeiros. E já considerando a receita da boa safra, é que este orçamento ainda vai girar em torno de quarenta e poucos bilhões, o seu fruto. Então aí é que está a dificuldade para amparar os municípios que estão passando praticamente um estado de calamidade pública, conforme eu tenho dados dizendo entre outras coisas, as razões que foram conseqüências do caos que hoje as prefeituras vivem.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria apenas que Vossa Excelência me dissesse qual a cidade que é quatrocentos mil cruzeiros o alqueire de terra, só para eu me situar.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Na região metropolitana.

O Sr. Gabriel Manoel — Aqui é quatrocentos mil cruzeiros? Então, Vossa Excelência pode arranjar que eu compro e dou um milhão em cada alqueire a mais. Porque, não existe, nobre Deputado. Vossa Excelência é um homem que está esclacendo a verdade.

Se Vossa Excelência me permite um aparte, vou esclarecer a Vossa Excelência que não existe.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Posso dizer a Vossa Excelência que vamos apresentar na CPI da Falência...

O Sr. Gabriel Manoel — Mas, Sr. Deputado, a CPI é um amontoado de verdades. E a Assembléia também. Agora Vossa Excelência está mal informado, perdoe-me, não existe terra a quatrocentos mil cruzeiros o alqueire, na periferia da cidade metropolitana. Oh! barbaridade, Sr. Deputado! Perdoe-me, não quero dialogar com Vossa Excelência, não quero fazer discursos paralelos, mas Vossa Excelência tem que se situar melhor, com os preços dos imóveis em Curitiba, e na região metropolitana, quatrocentos mil cruzeiros, olha, nem onde se cria carrapato não existe, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Eu só posso responder a Vossa Excelência, que esses dados foram fornecidos pela própria Prefeitura e Vossa Excelência terá conhecimento desses dados, dentro da CPI.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, diga-me mais uma coisa, apenas um apartezinho: Vossa Excelência, talvez Vossa Excelência falou, quatrocentos mil cruzeiros, a data, não seria o alqueire. É só isto, Deputado. Nesta inflação galopante que temos, de duzentos e poucos por cento ao ano, Vossa Excelência falar em alqueire de terra a quatrocentos mil cruzeiros, é uma anomalia!

Obrigado, Deputado.

O Sr. Sabino Campos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Queria cumprimentar o nobre Deputado Ervin Bonkoski, pelo que está levantando nesta tribuna, e para enriquecer mais o que Vossa Excelência está dizendo, queríamos dizer que, em Toledo, foram apresentados, segunda-feira, à Câmara Municipal, o levantamento feito na Prefeitura Municipal de Toledo. Citaremos só dois fatos, para melhor ilustrar. E quando nós falamos que traríamos os nomes, nós traremos.

A Prefeitura de Toledo pagou a um Banco, para fazer o seu cadastro para tirar o financiamento em torno de cinqüenta milhões de cruzeiros, pagou, só para elaborar o cadastro, um milhão e cento e setenta e três mil cruzeiros; a Prefeitura de Toledo, no dia 04 de novembro de 1982, pagou a um posto de gasolina da cidade de Toledo, que pertence a um dos candidatos a Prefeito, do PDS, oitenta e nove mil litros de combustível, gastos somente em um dia. Minha gente!. A Prefeitura, hoje, não gasta em um mês, isto. No dia 04 de novembro de 82, gastou, somente em um dia, oitenta e nove mil litros de combustível! E não ficou só aí! Muitas coisas mais irão aparecer, e serão ditas ao povo, para o povo saber a verdade. E ainda tem gente que tem a capacidade de defender esses corruptos e incompetentes com a coisa pública, com o dinheiro do povo. Isto nos preocupa bastante, nobre Deputado, e queria parabenizá-lo pelo levantamento, desta tribuna.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, solicitei aparte para dizer que, quanto ao aspecto que Vossa Excelência está levantando, de gastos exagerados, aqui na Assembléia, o prédio dos novos gabinetes, nós temos uma comissão formada e que a ela pertence também o Deputado Donato Gulin, nós vemos os mesmos absurdos. Para se ter uma idéia, no subsolo desse prédio novo da Assembléia, aonde ficarão as garagens e a gráfica, no depósito da gráfica, que fica no subsolo do prédio, o revestimento do piso é

de carpet de 10 mm e isso é um desastre que está ocorrendo em todas as obras públicas.

Vou dar um outro exemplo no sentido de demonstrar que realmente o que ocorre nesse município da área metropolitana, ocorre, eu acho, que em todo o Brasil. Em Cascavel, foi feito um estádio que se levássemos em conta a população de São Paulo e fizéssemos uma comparação, seria um estádio para quatro milhões de pessoas, quatro milhões de lugares. Cascavel, com cento e setenta mil habitantes, tem um estádio com cinquenta mil expectadores. Seria o correspondente ao Estádio do Morumbi com quatro milhões de expectadores. Seria correspondente a São Paulo, ao Estado do Morumbi, numa proporção com a população.

Pois bem, antes das eleições, fazendo uma pesquisa para verificarmos quais os pontos e como deveríamos nós encaminhar a nossa campanha, verificamos que a população era favorável a essa obra, setenta por cento era favorável a essa obra, que estava sendo construída ao lado de um hospital regional que está parado até hoje.

De tantos anos num regime deste levado ao gasto no supérfluo, de tanto se fazer obras não prioritárias, de tanto usar gravata borboleta com os pés no chão, o próprio povo acaba se convencendo, parcela do povo acaba achando que isso é correto. Portanto, é muito importante esse seu pronunciamento e a Comissão de Obras, que eu tive a honra de ser eleito para presidir aqui na Assembléia, nós deveremos agilizar essa comissão, porque tanto Deputados do PDS como do PMDB, nós, a Assembléia Legislativa como Poder Legislativo, precisa ter controle sobre todas as obras, para poder melhor fiscalizar e acabar com esse esbanjamento, com esse rasgar de dinheiro público que vem ocorrendo por todos os municípios do Brasil.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Quero neste instante, parabenizar Vossa Excelência pela brilhante colocação que está fazendo. Nós que representamos também, como parlamentar uma região, nós temos conhecimento que no Município de Cidade Gaúcha, quando se empenhava naquela Prefeitura, o valor de oitenta mil lajotas no mês de outubro; em outubro a janeiro não se construiu nenhuma obra na Cidade Gaúcha e que essas oitenta mil lajotas ninguém sabe o destino.

Também nesta oportunidade, o nobre Deputado Gabriel Manoel tentou estrangular o pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde, porque Vossa Excelência frisou que o preço de quatrocentos mil cruzeiros na época e que foi pago por um preço de seiscentos mil cruzeiros. Parabenizo-me com a sua colocação e nós, na oportunidade, vamos trazer também a essa Assembléia Legislativa, os esboços e o que fizeram com o dinheiro público no norte paranaense, em muitos municípios paranaenses.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Concedo aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Só alguns pontos bem rápidos, porque foram muitos assuntos trazidos e tratados. Em primeiro lugar, ninguém defende corrupto. A tentativa do Deputado em querer envolver o meu aparte na defesa de corrupto, eu nunca defendi corrupto. E este caso, Deputado, quero só sugerir a Vossa Excelência, não precisava ir para CPI da Assembléia, não, dos Municípios. Isso é caso de polícia, vá direto à Polícia, Deputado. Denuncie os fatos, pede ao Tribunal de Contas uma Assessoria para ver como o Prefeito atual deve proceder, e bote o anterior na cadeia, se esses fatos forem verdadeiros. Não precisa vir a CPI, depoimentos, gastar papel, não.

Em segundo lugar, o problema do carpet da Assembléia,

quem pode esclarecer bem isso é a Comissão Executiva anterior, cujo membro era também na época o Deputado Nilso Sguarezi. Também acho um absurdo se ocorreu de fato isso, deve ter ocorrido porque o Deputado é da Comissão de Obras. O Deputado Nilso Sguarezi é da Comissão Executiva e deve saber do assunto, porque foi decidido assim.

E a Comissão Especial também para esse mesmo fim, aprovou por unanimidade, Deputados do PMDB da época e do PDS. Eu não fazia parte dessa Comissão. Em terceiro lugar, o problema dos estádios que o Deputado citou, Cascavel não comporta. Isso tudo Deputado, é muito ponto de vista. Estou citando o exemplo do estádio, poderia ser um outro aspecto o exemplo. É o seguinte — Maringá, Cascavel, Londrina, Ponta Grossa, cidades polos —, não envolve essas cidades, os habitantes do município. Maringá, por exemplo, tem 300 médicos que não comportariam para atender 200 mil habitantes, como Cascavel, porque é uma cidade polo, essas cidades são administradas para atender a região, na região de Cascavel deve ter mais de um milhão de habitantes.

Só para entender Vossa Excelência que os pontos de vista podem ser dados de várias formas. E, finalmente, só para dar um exemplo, que até se arrependeu depois. O nosso Prefeito interventor biônico Maurício Fruet, de Curitiba, a primeira coisa que falou quando indicado para a Prefeitura foi num estádio municipal. Então, depois se arrependeu e refluíu, mas chegou a declarar isso. Então, Vossa Excelência vê que essas coisas às vezes, se faz no calor de uma entrevista que depois, pensando melhor, as coisas mudam.

Muito obrigado.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Apenas dei um exemplo, lamento.

Só quero citar um fato concreto a mais. No Município de Quitandinha, onde foi construída uma estação rodoviária num banhado, eu chamo em cima de uma areia movediça, esta estação rodoviária foi inaugurada e não foi sequer possível encostar um ônibus. Está lá um elefante branco, um dinheiro vão, jogado na lama. E apenas finalizando, Sr. Prefeito... (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sérgio Spada, por cinco minutos, no horário destinado ao PMDB.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Faz hoje 210 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo do jornal "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, está preso, condenado pela LSN. Hoje, também, o Superior Tribunal Militar, usando da legislação draconiana criada pelo regime para perpetuar os atuais grupos no poder, julga mais uma apelação. O processo 10/81 receberá novo parecer deste Tribunal Militar, que, como aponta o passado recente, não pretende melhorar a situação de Mazzarollo.

Preso desde setembro, acusado de injuriar autoridades constituídas como o Presidente da República, condenado por denunciar as arbitrariedades do próprio regime, denúncias verdadeiras e reais, Mazzarollo se tornou hoje o nosso grande motivo para lutar contra a Lei de Segurança Nacional e toda a legislação espúria deste País.

Hoje, Senhores Deputados, se constitui um novo júri militar para julgar um legítimo ato de um cidadão brasileiro, o regime mais uma vez também legitima o medo, o arbítrio, a violência contra o povo brasileiro. Este povo que vem enfrentando a mais dura realidade de toda a sua história, submetido ao desemprego, à fome, à doença e à miséria.

Ontem, Senhores, para demonstrar a preocupação de todos os democratas deste Estado, uma comissão foi ao encontro de Mazzarollo. Três Deputados desta Bancada e dois Secretários de Estado, Horácio Bacanello e Nilton Friedrich, compareceram lá no presídio do Ahu. Como Teotônio Vilela, Dalmo

Dallari, Alencar Furtado; como os oito comitês já constituídos no Estado; como os milhares de brasileiros que demonstram sua revolta e solidariedade pela situação vivida por Juvênio Mazzarollo.

Diante do quadro de liberdade ainda miserável neste País, onde a regência se faz através de instrumentos de cerceamento à opinião, à manifestação e à organização, assumimos mais uma vez a posição da grande maioria deste Brasil. Somos e seremos portavozes daqueles que foram calados em nome de um projeto econômico perverso e anti-nacional, e nos colocamos hoje a serviço da conquista da liberdade.

O grande democrata Teotônio Vilella, ao visitar Mazzarollo, lembrou que sua prisão o tornava um refém para que todos soubessem que há pelo menos um preso no país por crime de opinião. Senhores, a realidade avança, e hoje no País há pelo menos dez brasileiros que podem ter o mesmo destino de Mazzarollo, por exercitar o direito de opinião. E mais: há mais de cem brasileiros sob a Lei de Segurança Nacional. Enquanto isto, Senhores, entrega-se o país ao FMI, coloca-se o Brasil a serviço do projeto guerreiro dos Estados Unidos no episódio dos aviões líbios, entrega-se o país de bandeja, apesar de tudo, otimistas com o futuro do Brasil. O nosso povo começa a perceber a raiz dos seus problemas, e a compreender que a conquista da liberdade política é pressuposto básico para que possamos dirigir o nosso destino.

E lutamos para que, julgamentos como os de hoje, em Brasília, onde se decide ilegítimamente o futuro de Mazzarollo, não se transformem em páginas da história negra do Brasil, e que os direitos fundamentais da pessoa humana se transformem na cartilha dos dirigentes do País”.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO SPADA — Concedo o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, por cinco segundos.

O Sr. Gabriel Sampaio — Quanto?

O SR. SÉRGIO SPADA — Cinco segundos.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente a Liderança quer registrar, com júbilo, o acontecimento registrado ontem nesta Casa: “O Primeiro Forum de Debates”. Foi efetivamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um acontecimento histórico para a Assembléia Legislativa. As classes empresariais, as lideranças empresariais, classistas, professores universitários, federações e sindicatos estiveram na Assembléia debatendo sobre as alternativas para o desenvolvimento paranaense. O registro hoje na imprensa, bem demonstra do alto nível que esses debates atingiram. Acreditamos nós que com a decisão da Assembléia Legislativa, da sua Comissão Executiva em interiorizar esses debates, atingiremos realmente o ponto importante, que é, auscultar, ouvir da sociedade paranaense como um todo, as propostas e as alternativas que ela tem a dar, e a contribuição valiosa e importante que tem a oferecer, para que o Governo possa, quando decidir, ter na mesa das decisões, todas as alternativas, que a comunidade, a última, enfim, que vai absorver as medidas governamentais, a comunidade tenha a possibilidade concreta e efetiva de participar.

A propósito disso, Sr. Presidente, estou requerendo a transcrição nos Anais da Casa, do editorial da “Gazeta do Povo” de hoje, que bem sintetiza a importância fundamental deste forum de debates. Receba, Sr. Presidente, em nome da Bancada do PMDB, o integral apoio, para que este forum de

debates, ao chegar ao interior do nosso Estado, em programação constante e periódica, possa efetivamente atingir o seu “desideratum”.

Mas para isso ocorrer, Sr. Presidente, sugerimos à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, tendo em vista sugestões e propostas que foram levantadas por companheiros nossos, que sempre que se organizar mais um “forum de debates”, sejam auscultadas as opiniões dos Srs. Deputados, para que na elaboração do tema deste “forum de debates”, nós possamos também levar a síntese e o pensamento concreto de todos os representantes das duas Bancadas na Casa.

Assim, Sr. Presidente, quando se marcar o novo local e a nova temática do “forum de debates”, sejam ouvidos as duas Bancadas de Srs. Deputados, para que possamos de comum acordo, sentir qual o tema mais importante a ser debatido e qual o local de maior prioridade para que lá também seja levantada a discussão sobre estes temas.

O segundo assunto, Sr. Presidente, que me traz à tribuna, é para comentar o encontro que o Sr. Governador do Estado teve ontem, na frente do Palácio Iguazu, com uma comissão de desempregados. E o faço, Sr. Presidente, porque acho importante que todos os fatos políticos, e todos os atos governamentais...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NILSO SGUAREZI — ... passem pelo crivo, pela análise e pela crítica dos homens encarregados de tecerem, organizar e coordenarem a política do Paraná. O Governador José Richa, na tarde de ontem, ao sair de um almoço desta Casa, em companhia dos Srs. Deputados e dos participantes do I Forum de Debates, recebeu, juntamente com o Presidente do Tribunal de Justiça, na praça pública, em frente ao Palácio Iguazu, uma comissão de desempregados para ouvir as suas reivindicações.

E o que nos chama a atenção, Senhores, principalmente depois dos graves acontecimentos que envolveram a Capital paulista, quando lá a força pública foi convocada até com certo rigor e severidade, para dissolver as manifestações que aconteciam é que aqui no Paraná, a Polícia Militar não foi usada para conter e para reprimir aqueles manifestantes. Um fato histórico que tem que ser analisado: serviu a Polícia do Estado do Paraná, para garantir um direito constitucional do nosso trabalhador, de se manifestar livremente na praça pública. E a Polícia Militar do Estado do Paraná, que com batedores, desde o comitê dos desempregados do centro da cidade, veio abrindo e assegurando livre trânsito, para que os manifestantes viessem à frente do Palácio Iguazu e fossem recebidos democraticamente por nosso Governador, que ouvia as suas reivindicações. Ele disse aquilo de concreto que o Governo do Estado já está fazendo. E finalmente, para honra e satisfação nossa, a Polícia Militar, usou um ônibus seu que é para transportar a Banda da Polícia Militar, para levar de volta, não à prisão, como em outras épocas foi feito neste Estado mas para conduzir o nosso trabalhador desempregado, até o seu comitê, onde foram encaminhados democraticamente as suas reivindicações. Este é um fato histórico que nós não podíamos deixar desaperecido e que queríamos aqui registrar, porque, se em outras épocas subimos aqui com a veemência da Oposição, para protestarmos quando professores, numa legítima manifestação por seus direitos, foram à frente do Palácio Iguazu para tecerem reivindicações que a Constituição assegura, foram infelizmente rechaçados pela polícia militar com cacetetes e caës. É o registro que tenho que fazer do tempo novo que se começa no Paraná. Tempo de dificuldades, é verdade, dificuldades como tiveram outros governos, mas franca, honesta e sinceramente o Governador expôs o que ele podia fazer de imediato para melhorar o sofrimento dos desempregados.

Determinou o Senhor Governador José Richa, que a

COPEL, a SANEPAR, a COHAPAR e a COHAB, não executem aquelas dívidas, não cortem a luz, não cortem a água daquelas pessoas que com a carteira de trabalho, provem que estão desempregadas. Isto o Governo do Estado poderia fazer, e isto foi determinado.

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda na tarde de ontem, organizou-se uma campanha que não é institucional, formada por algumas senhoras de companheiros do PMDB, a qual arrecadará alimentos. Ontem mesmo no comitê dos desempregados já foi distribuído uma pequena quantidade de alimentos, mas, acreditamos que no decorrer desta semana, alguma coisa mais poderá ser dada à estas pessoas desempregadas.

O Sr. Airton Cordeiro — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência e quero contestar o fato histórico que se, Vossa Excelência pudesse, certamente cantaria, diria em prosa e verso da tribuna desta Casa. Cumprimento o Governador, não foi à Praça Rui Barbosa como combinado. Desceu as escadarias do Palácio como foi ao pátio da Casa do Governo. Atitude bonita. Pegou o megafone, falou aos trabalhadores, disse a eles que receberiam um almoço no Clube dos Oficiais, como se aquela fosse uma instituição do Governo, e sabe Vossa Excelência que não é. Almoço não havia, houve na verdade, distribuição de sanduíches.

Dali, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, os desempregados que recorreram ao Governo do Estado do Paraná, foram colocados em ônibus da Polícia Militar do Estado e levados para o batalhão militar da corporação, e lá ficaram até altas horas da noite, inclusive, com a presença do Secretário de Estado de Assuntos Comunitários do Governo, recebendo ameaças, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para que não mais participassem de movimentos como este, sob pena de ter lançada contra si, a polícia militar do Estado do Paraná.

Esse depoimento, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, não é fruto da minha imaginação, foi prestado a poucos minutos em meu gabinete de trabalho. Preocupou-me tanto, que tive o cuidado de chamar o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, para que ele testemunhasse também o que era dito pelo desempregado, que não me pediu que omitisse seu nome, João Soares, um homem simples, de cor, que veio aqui, triste, porque imaginava que iria receber do Governador e do Governo do Paraná, o atendimento que eles estavam procurando. Então, a Polícia Militar do Governo de Vossa Excelência, não é diferente da Polícia Militar dos Governos anteriores, deste Estado, com uma gravidade, além de ser a mesma, ameaçou antes, a outra, reprimiu, para assegurar a ordem pública; esta intimidou antes, à base de armamentos porque lá estavam policiais militares, armados, para amedrontar os desempregados do Paraná, que foram ontem conversar com o Governador José Richa. Então, o fato histórico que Vossa Excelência conta, que se reduza pela metade e que, a ele se acrescente a ameaça que não foi velada, foi clara, contra pobres desempregados que foram buscar apoio moral, e que receberam a ameaçada da baioneta!

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência denuncia um fato grave!

Se os desempregados, que tiveram a coragem de se organizar num Comitê, efetivamente, tivessem recebido a ameaça da qual Vossa Excelência traz uma só testemunha...

O Sr. Airton Cordeiro — O ameaçado está no plenário, o ameaçado está na Casa.

O SR. NILSO SGUAREZI — ... que Vossa Excelência traga esse cidadão...

O Sr. Airton Cordeiro — Está na Casa.

O SR. NILSO SGUAREZI — ... que venha aqui, num preparo teatral, nobre Deputado Airton Cordeiro, tão próprio do estilo parlamentar de Vossa Excelência. Quando quinhentas ou mais pessoas estiveram em praça pública, não posso de sã razão, acreditar que, homens que tiveram a coragem de vir na frente do

Palácio, que, fossem ameaçados, hoje não estivessem dando esta denúncia, publicamente, e de virem aqui, na mesma quantidade e em muito mais, porque, isto, seria um fato que revoltaria a nós mesmos. Nesta farsa urdida, nisto, nobre Deputado, não posso acreditar! Não conheço esse cidadão, João Soares, eles existem aos milhares, como os João da Silva. Esse cidadão vem, sozinho, fazer a sua reclamação...

O Sr. Airton Cordeiro — O cidadão está presente, Vossa Excelência pode falar com ele.

O SR. NILSO SGUAREZI — Ontem, tivemos centenas e milhares de desempregados, e, que ameaça foi essa?

Sugiro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, pela gravidade dessa ameaça, este plenário se transforme em Comissão Secreta. Vamos ouvir esse cidadão. Que apresente as suas credenciais. Chamemos as autoridades da área, porque não posso admitir, representando um Governo sério e honesto como é o nosso, tal denúncia!

Que detenham esse cidadão. A verdade é bem clara, a qualquer momento. Assumo o compromisso em nome da Liderança do meu Governo, que, se isto for verdade, o Secretário que ameaçou, os policiais que ameaçaram, deverão ser punidos, porque nós não admitimos, nobre Deputado, que estas coisas continuem a acontecer.

O nosso Governo é acima de tudo, honesto!

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Em contrapartida a esta posição teatral, provocadora e hipócrita de um Deputado representante de um regime que é a própria causa do desemprego e da crise que o País atravessa, convido o Sr. Deputado Airton Cordeiro e a sua bancada, não, para encenar palhaçadas no plenário da Assembléia, mas para garantir, junto com a Bancada do PMDB, o direito de reunião e de pressão, dos desempregados. Pressão, em cima do Governo do PMDB e do Governo Federal que está subordinado ao FMI, pressão, para que se dê uma solução definitiva ao problema do desemprego, através da moratória declarada neste País, da retomada do desenvolvimento, através da Assembléia Nacional Constituinte, para que, reformule um processo de organização nacional, através da reforma agrária, da reforma tributária, da reforma trabalhista e previdenciária. Não é com teatros e com posições irresponsáveis numa Assembléia que deve preservar a sua dignidade, que iremos resolver esses problemas.

Queremos ver o Sr. Deputado Airton Cordeiro garantindo o direito de reunião, junto ao Comitê dos Desempregados.

Deixemos de lado o teatro, a palhaçada e a irresponsabilidade, e vamos assumir como Parlamentares que somos, a condução do processo de organização e de protesto de um povo que não pode mais se subordinar a uma política absurda que é...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos)

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Nos termos do artigo 97, do nosso Regimento Interno, Senhor Presidente, apelo a Vossa Excelência quando várias vezes a palavra palhaçada é pronunciada, eu aceito, a nossa bancada aceita, a proposta de transformar em sessão secreta para analisar as denúncias que ouvimos há poucos instantes, porque palhaçada e teatro, é o que estamos vendo e que está acontecendo neste instante.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência que convide o desempregado João Soares para que ocupe uma das dependências desta Casa com neutralidade, por gentileza, Senhor Presidente.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. NILO SUGAREZI — Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Paulo Furiatti — Não há dúvida alguma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Deputado Airton Cordeiro, com um depoimento, coloca em xeque o Governo do Estado do Paraná. Não há dúvida alguma que essa colocação deve merecer de nossa

parte, o levantamento imediato dessa situação e a responsabilização para o Deputado Airton Cordeiro, se isso for inverdade, porque não se coloca em xeque um Governo, com um único depoimento e eu voltaria a reforçar o pedido do Líder, para transformação em sessão secreta e para que nós não saíamos desta Casa hoje, sem apuração rigorosa deste assunto levantado pelo Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. NILSO SQUAREZI — Senhor Presidente, retomo a palavra para consultar à Casa e peço que Vossa Excelência consulte a assessoria sobre as medidas que deveríamos providenciar para que esta sessão se transformasse numa sessão secreta, e para que se fizesse as diligências necessárias para chamarmos as partes que deverão ser ouvidas, enfim, para que este fato fique devidamente elucidado, porque acredito que se o cidadão induziu dois Deputados a virem aqui defendendo, talvez aquilo que eles acreditem de uma posição honesta e correta de sua parte, ao terem conhecimento, porque afirmaram aqui que houve uma denúncia nos seus gabinetes. Acredito que esta sessão secreta, mostre-nos onde aconteceu o fato e as autoridades que participaram do mesmo. Evidentemente que o nobre cidadão deverá ter testemunhas deste fato. Se o cidadão afirmar que tem testemunhas, nós transformaríamos esta sessão em secreta para que este assunto fosse devidamente esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Diante da questão levantada por Vossa Excelência, a Mesa comunica ao Plenário que, de acordo com o nosso Regimento Interno, no seu artigo 90, que esta Presidência passará a ler:

“Art. 90 — A Assembléia poderá realizar sessões secretas se assim o resolver a maioria de seus membros, a requerimento escrito de qualquer Comissão ou Deputado.

Parágrafo único — Esse requerimento em que deve ser indicado o objeto da sessão será submetido a voto, independentemente de discussão.

Art. 91 — Para realizar a sessão secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto, todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados da Casa e os encarregados do serviço de debates e estenografia.

§ 1.º — Reunida a Assembléia em sessão secreta, deliberar-se-á preliminarmente se o assunto deve ou não assim ser tratado e, conforme o resultado, a sessão continuará secreta ou se tornará pública.

§ 2.º — Antes de se encerrar a sessão secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos os debates ou deliberações, ou constar na Ata pública.

§ 3.º — As Atas das sessões secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a sessão. Assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelos Primeiro e Segundo Secretários com a data da sessão e recolhida ao arquivo da Assembléia.”

A Presidência comunica que, há possibilidade de se realizar a sessão secreta desde que se cumpra o determinado no Regimento Interno.

O SR. NILSO SQUAREZI — Depende de um requerimento por escrito?

Consultaria ainda à Mesa se neste requerimento nós deveríamos designar a hora desta sessão secreta ou se esta própria sessão se transformaria?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Depende de requerimento escrito e informo que esta própria sessão poderá ser transformada em secreta desde que aprovado o requerimento.

Sr. Deputado Nilso Sguarezi, solicito de Vossa Excelência que se manifeste se está devidamente esclarecido quanto à questão que Vossa Excelência levanta.

O SR. NILSO SUGAREZI — Ainda não estou esclarecido no seguinte sentido, Sr. Presidente. Se a Presidência pode esclarecer qual o tempo que a Presidência necessitará para evacuar o plenário. Porque este plenário, esta parte nova da

Assembléia no meu entendimento, deve ser totalmente evacuada, para que nós realmente transformemos isto aqui em sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vossa Excelência que este tempo não há como determinar. Mas poderá se fazer dentro do menor tempo possível.

O SR. NILSO SQUAREZI — Então, ao deixar a tribuna, peço a Vossa Excelência que me conceda dez minutos para redigir o requerimento e apresentar à Mesa para transformar esta sessão em sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência ainda esclarece a Vossa Excelência que este requerimento deverá ter o fator favorável da maioria absoluta dos membros da Assembléia.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Vossa Excelência deve a este Deputado e a esta Casa uma resposta quando nós solicitamos um local de neutralidade, para o Sr. João Soares, que como vê Vossa Excelência neste momento, é assediado por Parlamentares e por pessoas ligadas ao PMDB. E mais ainda, Sr. Presidente, queremos neutralidade para o depoente. E mais, queremos mais ainda, sessão aberta e pública para que todos possam assistir ao depoimento.

O PDS é um partido aberto...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos) A Mesa suspende a sessão por cinco minutos. (É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a sessão. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi nos cinco minutos que lhe restam.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI (Pela ordem) — Gostaria que ficassem registradas na Ata dos trabalhos de hoje as ofensas morais a mim assacadas pelo Deputado Fuad Nacli e que fosse também anotado nos trabalhos desta Casa, nesta sessão vergonhosa, a ameaça feita pelo Deputado Fuad Nacli e este Deputado. Porque aqui, nesta Casa, é useiro e vizeiro de Deputados serem ameaçados com armas.

O Deputado Fuad Nacli saiu correndo para buscar não sei o que na sua pasta. Se tiver arma, que a puxasse e atirasse. Vai haver o dia que alguém vai morrer, vai ficar gravado, vão ser banidos os Deputados que andarem armados. Temos que tomar uma decisão nesta Casa. Não pode uma sessão acabar porque um Deputado é ofendido e é ameaçado de morte dentro desta Casa. É o fim da picada. Isto não é Assembléia. Vai passar a ser um circo, em que os Deputados são ameaçados todos os dias. Porque pedem pela ordem, se dirigindo à Presidência com palavras sérias e diretas e são ameaçados de morte por algum Deputado. Nesta Casa não pode mais acontecer isto.

O Sr. Fuad Nacli — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Solicito a Vossa Excelência que me permita responder a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Antônio Anibelli, logo após concederei, pela ordem, a palavra a Vossa Excelência.

Quero comunicar ao ilustre Deputado que esta Presidência agiu regimentalmente suspendendo a sessão, porque não se poderia conter a ordem em plenário. É o Regimento que assim dita e assim procedeu esta Presidência.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Queremos deixar bem clara a nossa posição. Estamos aqui nesta Casa há 19 anos. Não aceitamos de um homem que nos conhece, a maneira com que ele se dirigiu a este Deputado.

Quero deixar bem clara a minha posição. Nunca fui

useiro para ameaçar alguém, mas desafio ao Deputado Antônio Anibelli, para qualquer terreno que ele quiser, que estarei disposto, de qualquer maneira. Pela idade que tenho, ele merece o meu respeito, porque tem a idade de um filho meu. Ele precisa, no entanto, parar com esta maneira de se conduzir, de chamar os outros de "turco". Ele bem me conhece...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos)

Esta Presidência encarece de Vossa Excelência que já respondeu a questão de ordem e os incidentes que porventura aconteceram, foram após o encerramento da sessão.

Está com a palavra nos restantes cinco minutos que lhes são destinados, o Deputado Nilso Sguarezzi. (Tumulto).

Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos, para não perturbar a ordem e o andamento do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência concede a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, desde que Vossa Excelência indique de início o artigo do Regimento que está sendo infringido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas um apelo que queria fazer. O único que tem que indicar o artigo sou eu, nós todos pedimos, Vossa Excelência não mandou. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Já respondi a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado. Está com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

Consulto o Deputado Nilso Sguarezzi se fará uso do horário que lhe resta.

O SR. GABRIEL MANOEL — Artigo 97, Sr. Presidente. (Pela ordem).

O SR. NILSO SGUAREZI — Para concluir a minha exposição me foi concedido um pedido de aparte pelo eminente Deputado Anibal Khury a quem eu concedo o aparte por breves instantes.

O Sr. Anibal Khury — Sr. Deputado, eu ouvi de Vossa Excelência o propósito.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, artigo 97.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra pela ordem, desde que Vossa Excelência não use a palavra pela ordem para tratar do mesmo assunto por duas vezes.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência me permite, Sr. Presidente. Não tratei alguma vez. Queria apenas solicitar a Vossa Excelência se fosse possível, suspender a sessão porque os ânimos estão agitados. É apenas isso, Sr. Presidente, com meus agradecimentos e, encantado.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A sessão está reaberta.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado Anibal Khury...

O Sr. Anibal Khury — Nobre Líder, Vossa Excelência no propósito de escalar um acontecimento que teria havido entre um cidadão brasileiro e alguns elementos da Polícia Militar, requereu ou pretende requerer uma sessão secreta desta Assembléia.

Confesso, Sr. Líder, a minha estranheza, porque nós vamos ouvir um cidadão só, embora a palavra dele, mereça crédito.

Devemos requerer para que esse cidadão seja ouvido na Comissão de Segurança desta Casa. E que o mesmo cidadão tenha as garantias da Assembléia; para poder prestar um depoimento que ele já teria prestado ao nobre Deputado Aírton Cordeiro.

Acredito, Sr. Líder, que outros depoimentos serão prestados a esta Comissão. Nós não podemos também ouvir uma só parte. Eu tenho informações também, que o cidadão que fez

esta denúncia era cabo eleitoral de um antigo membro da Arena. De modo que, a denúncia deve ser recebida com a necessária cautela e deve ser apurada com todo rigor. Para isso nós temos a Comissão de Segurança desta Casa, da qual todos os Srs. Deputados poderão participar, embora a ela não pertencendo, mas poderão dirigir as suas perguntas.

Apelaria a Vossa Excelência que concedesse aos Deputados que assim pretendem, da Bancada que Vossa Excelência lidera, para que seja ouvida a Comissão de Segurança e que se assegure ao cidadão denunciante, todas as garantias.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e vou concluir, Sr. Presidente. Quando nós reque-remos que esta Assembléia se transformasse em Sessão Secreta, evidente que foi uma decisão nossa de inopino; imediata; porque não podemos admitir que esta denúncia grave fique sem ser devidamente apurada.

O nobre Deputado Aírton Cordeiro pediu que fosse uma Sessão aberta, no intuito sadio e justiceiro, de que a Justiça sempre se faz de portas abertas. E eu concordo com Vossa Excelência, efetivamente, de que uma Sessão Secreta, para ouvirmos um determinado cidadão, que pode inclusive no curso do seu depoimento, voltar atrás do que está dizendo, e nós estaríamos numa Sessão Secreta, sonhando ao grande interessado de toda esta questão, que é o povo do Paraná. Que cabe fiscalizar a nós e ao Governo do Estado.

Concordo com Vossa Excelência, que a Assembléia tem um instrumento adequado para ser ouvido isto e que todos os deputados podem participar de uma comissão de Segurança da Casa.

Portanto, eu concordo com Vossa Excelência, mas quero dizer antes o seguinte, Sr. Presidente, no curto espaço de tempo em que esta Sessão esteve interrompida, esta liderança conversou com o Governador do Estado, com o Sr. Secretário da Segurança Pública e com o Comando da Polícia Militar. E ficamos cientes de que os desempregados foram conduzidos pelo ônibus da Polícia Militar, até o Comando da Polícia Militar e nos propomos provar o que efetivamente aconteceu com este cidadão: foi o seguinte: ao saírem daqui, da frente do Palácio Iguaçu...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta, mas comunica que o vosso tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE — Eu concedo a Vossa Excelência, dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, Vossa Excelência suspendeu a sessão por 10 minutos, ficamos mais de meia hora, aguardando o reinício da Sessão, e agora Vossa Excelência permite que o nobre Deputado Nilso Sguarezzi queira prejudicar o assunto. Nós não vamos admitir isso. A sessão é normal e prosseguirá normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência pela questão levantada por Vossa Excelência realmente, o Regimento determina o tempo. No entanto esta Presidência tem concedido tempo de um minuto para que o orador que esteja na tribuna, conclua o seu pensamento, por um ato de pura liberalidade.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Peço vênica a Vossa Excelência para discordar da Presidência da Casa. Esta liberalidade, Vossa Excelência utilizou em algumas ocasiões mas, não fez dela uma regra para tratamento igualitário para

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência esclarece a Vossa Excelência que dada a gravidade do assunto, acho por bem conceder mais um minuto ao orador. E no horário da liderança do vosso partido, se Vossa Excelência for ocupar, ou qualquer Deputado da vossa bancada, terá o mesmo tratamento por parte desta Presidência.

Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. NILSO SQUAREZI — Primeiro, estranho que se casse a palavra a um Deputado numa gravidade como esta. O que aconteceu foi o seguinte: os homens saíram daqui com a Polícia Militar, saíram da frente do Palácio no ônibus da polícia. Foram ao cassino dos oficiais, como o local não era apropriado, foram ao salão nobre da Polícia Militar. Todas as decisões que foram tomadas ali, foram pelo voto dos desempregados, e 164 deles foram cadastrados para conseguir emprego, e ficaram até às nove horas na Polícia Militar para que se providenciasse uma cesta, um farnel que foi distribuído a todos. O que o cidadão disse que fez uma ficha, um cadastro para providenciar emprego para o mesmo. Isto é que foi feito, e isto é que nós faremos provar na Comissão de Segurança. Esta é a versão.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças, consulto a Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu horário. Está com a palavra, no horário destinado à Liderança do PDS o Sr. Deputado Airtton Cordeiro, por 15 minutos.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) — Sr. Presidente, atendendo a proposição do Sr. Deputado Anibal Khury, nós como Presidente da Comissão de Segurança Pública já convocamos ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não tem procedência a questão de ordem de Vossa Excelência.

Está com a palavra o Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para que não fique nenhum mal estar do Deputado Fiori Luiz, o Deputado Jorge Maia havia-me solicitado um aparte.

Peço permissão aos ilustres Deputados, para que possa expor meu raciocínio, para que todos compreendam o que está acontecendo. E de início, Sr. Presidente, sem querer ser juiz do comportamento de ninguém, quero fazer um apelo a Vossa Excelência que preside esta Casa, que representa o Poder e que mereceu o voto unânime de todos os Deputados da Assembléia Legislativa deste Estado, no sentido de que todos aqueles Parlamentares que pretendem diminuir com o seu deboche com a sua pequenez de atitude intelectual, sejam reprimidos pela Presidência da Casa, porque ninguém veio aqui para participar de um circo, como alguém pretendeu dizer, fazendo palhaçada. Ninguém veio aqui para fazer teatro, porque teatrólogo tem o seu lugar próprio e não no plenário da Assembléia Legislativa. A esses que faltam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, condições para o debate, nós hoje do PDS, minoria, queremos pedir apenas o direito de podermos protestar, o direito de podermos dizer aquilo que nós pensamos e, aos de memória curta e fraca, vale lembrar tudo que foi dito na Legislatura passada, quando o PMDB era minoria, o PDS, maioria. Lembramos das ofensas, dos descalabros verbais dos pronunciados inúmeras vezes, pela minoria de então. Hoje, a impressão que se tem é que, os Parlamentares governistas não aprenderam a assimilar a crítica, nem a ouvir, e, em ouvindo, discordar, respeitando o que é tremendamente lamentável.

É o apelo que faço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, neste momento, porque ninguém melhor do que Vossa Excelência para representar o Poder, para zelar pelas suas tradições, pelo

seu decoro e pela credibilidade pública que ele deve ter.

Lamento profundamente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o tumulto é gerado pelo Líder da Bancada de Vossa Excelência. (Advertência procedida, devido a muito rumor no plenário).

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, solicito que me seja assegurada a palavra, com o Plenário, em ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados, que tomem os seus assentos, para não perturbarem o andamento dos trabalhos.

Está com a palavra Vossa Excelência, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, eu continuo observando que o Plenário não está em condições de poder discutir a matéria. Peço a Vossa Excelência que não interrompa o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência solicita ao Serviço de Segurança da Casa, que, nas Galerias se comportem convenientemente, caso contrário esta Presidência sentir-se-á no constrangimento de evacuar o plenário. Solicito aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos. Está com a palavra o Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

Sr. Deputado Airtton Cordeiro, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência teve que interromper a contagem de tempo de Vossa Excelência que havia ocupado 4 minutos. Tem, portanto, conforme designação de vossa liderança, mais 11 minutos para concluir o vosso pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço as providências de Vossa Excelência.

Continuando: É esclarecedor afirmar que, esta Casa assistiu, hoje, a reedição de um comportamento completamente diferente dos Srs. Parlamentares do PMDB, que adotavam uma conduta completamente diversa da de hoje, há pouquíssimos meses atrás, que acusavam, da tribuna desta Casa, sem nenhum resquício de prova: governantes, de corruptos, funcionários públicos, de corruptos, e inclusive por consentimento, acusavam os Parlamentares do PDS, de participarem dessas atitudes. Hoje, com a folha virada na História política do Paraná, o que se observa é que, esses mesmos Parlamentares, uns novos, que aqui aportaram pelo voto popular como todos nós outros, antigos, que voltaram para este plenário, esses Parlamentares, não sabem se submeter aos riscos da audiência da crítica que é tão importante num regime democrático, especialmente, alguns que, exarcebavam, que bravejavam contra a censura de imprensa, contra a Lei Falcão, hoje, ao que parece, querem silenciar o Partido Democrático Social, nesta Casa, no grito, na intimidação e na violência verbal, mas não vão conseguir isso, porque os nossos companheiros têm o mesmo aguerrimento que sempre tiveram, e têm sobretudo a dignidade de um mandato parlamentar que é igual para todos, mas é honrado mais por uns do que por outros. Recorro, Sr. Presidente, ao meu íntimo e ao íntimo de cada um de meus companheiros, para advogar para o nosso PDS e para os nossos Deputados, o direito de nos considerarmos tão dignos, quanto os mais dignos Deputados do PMDB. Porque por um princípio até humanitário, não existe diferença entre os seres humanos, mas desafio os Srs. Deputados do PMDB a serem mais sérios neste plenário, que queiram mais este Paraná do que nós queremos, que façam mais por este Estado do que todos nós já fizemos. Lamentável, Sr. Presidente, que um Partido que pretendeu instituir nesta Casa a tribuna livre, salte da tribuna livre à sessão secreta, para ouvir um pobre desempregado, no momento em que o eminente Deputado do Governo, Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, fazia apologia da Polícia Militar do Paraná, quando

O Sr. Tadeu França — Concede-me um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente eu já afirmei que darei apartes posteriormente. Peço a Vossa Excelência que me garanta o direito à palavra para que eu possa concluir o meu pensamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Trajano Bastos) — Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Continuando, Sr. Presidente. Exaltava, o Deputado Nilso Sguarezi, o comportamento da Polícia Militar do Estado, exaltando antes o comportamento do Governador José Richa, que desceu as escadarias para falar com os trabalhadores. Esta exaltação mereceu deste Deputado em aparte, a aprovação, porque entendi no que tocava a participação do Governador José Richa, que ele realmente deixara o seu gabinete, e acompanhado do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, foi aos trabalhadores e a eles falou, mas que depois, provavelmente não tomou conhecimento do desdobramento da caminhada daqueles que queriam soluções para o seu desemprego, e ouviram mais uma vez evasivas de que o Governo está a quarenta e tantos dias no poder, ignorando que teve tempo, antes da eleição, depois da mesma e após empossado, para elaborar um programa que o Paraná não conhece.

E mais, exaltando a Polícia Militar, o Deputado Nilso Sguarezi, fazendo apologia dessa Corporação Militar estadual, que merece o nosso respeito, como que implicitamente e talvez até claramente, fazia uma comparação entre o comportamento da Polícia Militar do Governo Ney Braga e o comportamento da Polícia Militar do Governo José Richa. Dizíamos nós, que a Polícia Militar de ontem é a mesma de hoje, só que a de ontem agiu para reprimir aquilo que condenou e aquilo que entendeu que atentava contra a segurança pública e a de hoje procura intimidar os desempregados que ficam fechados numa dependência da sua Corporação, para que não mais saiam às ruas, não para protestar, mas para pedir um emprego, e ninguém melhor do que o Poder Executivo, para nortear uma política que dê emprego àqueles que precisam. E neste momento, o Deputado Nilso Sguarezi, querendo isto sim, impressionar a platéia que se encontra nesta Casa, pede a transformação desta sessão em secreta. Como se este fosse um assunto para ser tratado secretamente, como se o desemprego estivesse enclausurado em alguma torre inatingível pela vontade popular, como se o desemprego não compusesse a paisagem social do Paraná e do Brasil.

Foi o partido que defendeu a tribuna e que queria fechar a Assembléia, em quatro paredes, tirando daqui, todos os estranhos e aqui só ficando os Srs. Parlamentares.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado me concede um aparte?
Toda celeuma foi porque eu lhe dei um aparte. Apelo ao sentido democrático de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu respeitarei a ordem e V. Ex.^a vai ter o aparte que solicita. Também conhecemos, Sr. Presidente, esta tática da interrupção e busca de apartes nos pronunciamentos, há muito tempo.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, teve este Deputado, o cuidado de mencionar o nome do desempregado que fez a denúncia a mim, como tive outro cuidado, depois de ouvir o relato do cidadão que se encontra aqui, nesta Casa, agora; de solicitar a presença insuspeita do meu companheiro de partido Gilberto Carvalho, para que Vossa Excelência ouvisse o relato que me era feito, para que eu não fosse acusado de estar pretendendo industrializar um miserável sem emprego, para tentar criar algum tipo de dificuldade para o Governo do

Estado.

E o que disse o desempregado João Soares, o mesmo que nos havia afirmado, repetiu ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Disse, que depois da reunião com o Governador, no pátio do Palácio Iguaçu, foram encaminhados a uma dependência da corporação militar do Estado, aqui em Curitiba. Colocados numa sala, depois de ouvirem uma preleção exaustiva, ouviram os desempregados em busca de emprego. Ouviram a promessa de violência, Sr. Presidente, ouviram a intimidação de uma polícia que reprimiu ontem, nas ruas, porque tinha que manter a ordem pública, seja arranhada.

Foi o que me afirmou o desempregado João Soares, que felizmente, se encontrava nas galerias deste plenário e que quando percebeu que eram colocadas em dúvidas as nossas palavras, com toda serenidade, se levantou no meio do público e afirmou que nós estávamos dizendo a verdade. A sessão interrompida, foi cercado o Sr. João Soares...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência informa ao Sr. Deputado que está na tribuna que o seu tempo está esgotado.

O SR. ODENI MONGRUEL — Concedo mais cinco minutos ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, por mais cinco minutos, o Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Foi cercado. Continuando o Sr. João Soares, já dentro deste plenário, a convite de Vossa Excelência, repetiu para todos os Deputados que o procuraram do PMDB e PDS...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Insisto no aparte, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... tudo aquilo que nós havíamos dito no aparte ao eminente Deputado Nilso Sguarezi e daí para frente o que se viu em primeiro lugar, foi a hesitação do PMDB em manter a sua proposta de sessão secreta, tão incompatível com a sua proposta populesca, hipócrita e falsa.

O Sr. Nilso Sguarezi — Permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — E na hesitação, o nosso partido com a presença de todos os Deputados que aqui estão, pregou, continua pregando, há de manter a sessão aberta, porque o povo tem direito de ouvir o que o povo tem a dizer.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência vai me conceder um aparte ou não?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Por estas razões é que estranhemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero dizer também, que estranho o processo de coação que se pretendeu exercer contra o Sr. João Soares...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Estamos aguardando o aparte de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... mas há de prevalecer, temos convicção disto, o princípio democrático que sempre defendemos e continuamos a defender sobre aqueles que combatiam a tirania e o autoritarismo, e que querem fazer destas figuras o apanágio da sua atuação nesta Assembléia e no Governo do Paraná.

(Pedido de apartes de vários Deputados, simultaneamente).

Não é assim que se combate o desemprego. Não é com a intimidação que se combate o desemprego. O desemprego se combate sim, gerando novos empregos.

(Tumulto) — (Vários Deputados novamente solicitam apartes).

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados do PMDB. Admito que é muito difícil ouvir a frieza de palavras que os ouvidos não absorvem bem. Mas este é um debate democrático de uma Assembleia democrática. Como admito que estas verdades devem machucar o ímpeto daqueles que na campanha eleitoral, e que depois no poder do Governo do Estado, alteraram radicalmente a sua postura política...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Da mesma forma como tentaram em outras ocasiões, pelo vandalismo verbal de suas palavras, pelo radicalismo verbal de suas afirmações. Injúrias, calúnias, infâmias contra o Governo constituído...

(Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Solicito aos Srs. Deputados que ao pretender interromper o orador, o façam através de pedido de aparte, que dependerá da concessão ou não do orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu concederei, já disse, e vou repetir para quem não ouviu bem. Depois do Deputado Jorge Maia, Deputado Gabriel Manoel... (tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos)

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente, mande-o citar o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — O artigo que permite ao Deputado em qualquer momento, pedir que se inscreva em Explicações Pessoais. Diante da negativa do aparte do nobre Deputado Ailton Cordeiro, não me resta outro recurso do que pedir a minha inscrição em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência atende. Com a palavra, o Deputado que se encontra na tribuna.

(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao orador que se encontra na tribuna que dispõe de um minuto para concluir sua oração.

O SR. ODENI MONGRUEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, o Deputado que se encontra na tribuna terá os dez minutos restantes da Liderança, para proferir o seu discurso.

O SR. TADEU FRANÇA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço também inscrição para Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência estará inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu queria apenas que Vossa Excelência, com todo respeito que tenho, queria dizer que só para mim é que Vossa Excelência pede o número do artigo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência é quem fala, Sr. Deputado.

Está com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Continuo, Sr. Presidente. E antes de conceder o primeiro aparte ao Sr. Deputado Jorge Maia, gostaria de deixar muito claro aos Srs. Parlamen-

tares do PMDB, que dentro do exercício democrático de um Parlamento, esta Bancada do PDS minoritária, não vai se curvar, nem diante do grito, nem diante das intimidações. Porque nós estamos aqui atendendo a uma delegação maior, superior, pela qual nós nos responsabilizamos, que é a delegação popular e da mesma forma, para proteger todo e qualquer trabalhador toda e qualquer pessoa, que recebe qualquer tipo de ameaça.

Quero pedir a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que encaminhe à Secretaria de Estado da Segurança Pública, um pedido de garantia para o Sr. João Soares, a fim de que ele não sofra qualquer tipo de coação física ou moral.

Concedo o aparte ao Sr. Jorge Maia, pela ordem de solicitação.

O SR. JORGE MAIA — Nobre Deputado, na realidade estamos ouvindo e vendo atentamente aos fatos que estão culminando a sessão plenária de hoje.

Pela primeira vez, desde que sou Parlamentar, digo de passagem, é a primeira vez que vejo alguém dentro deste plenário, "matar a cobra", como diz o grande pensador Gabriel Manoel "matar a cobra e mostrar o pau". Estamos acostumados a ouvir diariamente, denúncias de corrupção, denúncias de imoralidades, denúncias de coação, que não passam de denúncias em vão, porque nada de concreto foi trazido ainda, para esta Casa.

Fiquei estarecido e insatisfeito quando Vossa Excelência, Deputado Ailton Cordeiro, ofereceu uma denúncia de um desempregado que diz ter sido coagido, pela Polícia Militar. Tenho a dizer, nobre Deputado, que talvez não fosse esta a intenção do Sr. Governador, ou se houve o fato, foi de seus assessores, com os quais ele está tendo muita dificuldade.

Sr. Presidente, senti a verdade, quando este humilde trabalhador desempregado, João Soares, ao ver e ouvir que estavam querendo desmentir as suas palavras, na sua humildade, na sua simplicidade, e acima de tudo, no grande espírito e na grande moralidade que demonstrou ter, ao levantar naquela galeria e dizer que o Sr. João Soares, o coagido, estava aqui presente e que iria até o final dos fatos.

Fiquei satisfeito pela veracidade da denúncia. Agora, estranhei nobre Deputado, que quando este próprio denunciante desceu daquelas galerias e foi colocar-se na tribuna de honra ao lado esquerdo do nosso, foi coagido por quase toda a Bancada do PMDB, querendo doutriná-lo da maneira com que ele haveria de fazer; da maneira com que ele com que ele haveria de falar, querendo doutriná-lo para que nenhum assessor do Governador José Richa, fosse neste momento desmascarado e que fosse comprovada a veracidade do fato.

Muito estranhei nobre Deputado ao ver o posicionamento do Líder da bancada, o eminente Deputado Nilso Sguarezi, ao tentar, também doutrinar e coagir o Sr. João Soares. E o fato que mais me estranhou nesta tarde, nobre Deputado, foi o posicionamento do Líder do PMDB, que tanto prega a democracia, que o povo tem de saber da verdade, ao haver a disposição total em depor daquele que se diz coagido. Um fato pitoresco, aí sim, um fato teatral, o Deputado Líder do PMDB, pediu em altos brados, fazendo uma fantasia toda, fazer uma sessão secreta para que o Sr. João Soares não pudesse falar, para que o povo não pudesse ouvir.

Isto estranhou-me nobre Deputado, ao saber que este PMDB, que tanto prega a democracia, que tanto prega a moralidade, quando aparece um fato, diga-se de passagem, não comprovado, mas um fato real que aqui está, toda a bancada se alvoroça, porque poderá tocar a honra, a dignidade de um assessor do Governo José Richa.

Estranhou-me também, nobre Deputado, quando o Líder do PMDB disse que ele e companheiros dele e do PMDB, estão fazendo campanha para dar alimento aos desempregados. Eu digo com categoria, é mentira, não só os companheiros dele e

do PMDB, como nós do PDS, este humilde Deputado e já soube do Deputado Fuad Nacli, também levamos alimentos somos humanos e paranaenses e respeitamos os nossos desempregados.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu agradeço o aparte do Deputado Jorge Maia, reconhecendo em Vossa Excelência não o homem timbrado pelo noviciado, mas o homem calejado na luta política séria.

O Sr. Fiori Luiz — Um minuto, Sr. Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu concederei Sr. Presidente, e faço questão, concederei o próximo aparte ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho e em seguida ao Deputado Fiori Luiz, apenas para ouvir o Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Eu agradeço, nobre Deputado Ailton Cordeiro. Eu não poderia deixar de solicitar esse aparte, para cumprimentar Vossa Excelência que cumpriu com o dever de Parlamentar, ao receber as reclamações de um humilde trabalhador e que fez a narração dos fatos. Por coincidência quando eu descia a esse plenário ouvia a reclamação do Sr. João Soares e Vossa Excelência chamou-me para ouvir essas ponderações. Quase desnecessário seria essa justificativa porque ele aí está confirmando as declarações feitas por Vossa Excelência, mas o que é preciso, nobre Deputado, é que sejam apurados os fatos, seja através de comissão ou através da Assembléia Legislativa. Nós temos por obrigação ouvir e analisar ouvir mais pessoas que queiram prestar as suas declarações, para poder dar o atendimento a esses trabalhadores que estão desesperados sem saber como resolver o seu problema, e foi numa hora oportuna que Vossa Excelência trouxe o assunto a esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está esgotado o tempo que lhe era destinado. Tem mais um minuto para conclusão da sua oração.

O Sr. Gilberto Carvalho — Eu vou encerrar, nobre Deputado, No momento em que o Líder do PMDB mencionava o fato dos trabalhadores, Vossa Excelência entrou na hora oportuna e é preciso que seja dado atendimento a esses trabalhadores.

Obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, como Sua Excelência, eu solicito Sr. Presidente, escusas inclusive a companheiros meus de Partido, por não poder ter concedido outros apartes, mas para concluir de forma muito tranqüila, o que nós queremos, realmente, o PDS quer, todos nós queremos é que os fatos sejam apurados. Nem queremos que se lance a pecha de "Governo violento", sobre o Governo atual, mas também não queremos que os trabalhadores sofram qualquer tipo de intimidação.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Proposta de Emenda à Constituição Estadual 32/83.

A Mesa comunica que estão publicadas e distribuídas em Avulso as Proposições nºs 32 e 41/83, propostas de emendas aos artigos 11 e 22 da Constituição do Estado e comunica ainda, com base na Resolução 2/71, abre prazo para apresentação de emendas, durante os dias 29 do corrente e 2 e 3 de maio vindouro.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso,

so, constante do expediente. Necessita de apoio.—
Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela ordem) — Requeiro que sobre todas as matérias que constem sobre a Mesa, preferência de votação imediata, para que os casos relatados hoje nesta Casa hoje sejam encaminhados para a Comissão de Segurança, porque tenho a impressão que a Comissão de Segurança ainda pode se reunir neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência deferir e irá colocar em votação.

Requerimento de Roberto Requião, subscrito pelo Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, REQUEREM que o Sr. João Soares seja ouvido na Comissão de Segurança, pois segundo denúncias do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, o mesmo teria sido constrangido pelo Sr. Secretário de Assuntos Comunitários e pela Polícia Militar do Paraná.

Em votação.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela ordem) — Sr. Presidente, vou encaminhar um adendo a esse requerimento para que não só seja ouvido o Sr. João, mas todas as partes acusadas também. Acho que o direito de defesa é um direito sagrado. Então, eu vou acrescentar a esse requerimento e peço que Vossa Excelência submeta também esse adendo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, com a devida vênha e o devido respeito a Vossa Excelência e a esta Casa, eu achava que o moço devia ser consultado se ele quer, porque se não seria força coercitiva fazer com que ele vá ser ouvido sem pretender ser ouvido. Vossa Excelência determinaria uma Comissão de Deputados para perguntar ao Sr. João Soares se ele quer ser ouvido após a aprovação do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece que isto é papel da Comissão nos trabalhos que posteriormente se instalarão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Antecipando, como autor do requerimento, nós concordamos com o adendo do nobre Deputado Anibal Khury, para que se ouça não só o Sr. Secretário dos Assuntos Comunitário, mas também outros desempregados que pertencem ao comitê e que também estiveram na mesma ocasião em que o cidadão está denunciando o fato.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o requerimento. Ressalvada as emendas propostas em plenário.

O SR. FUAD NACLI — Para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esclareço a Vossa Excelência que requerimento desta natureza, não cabe encaminhamento de votação nem discussão.

Está em votação. APROVADO. Estão em votação as emendas apresentadas em plenário a respeito do requerimento. APROVADAS.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando encaminhamento de expediente à CCJ, acompanhado do ato que deu origem à prestação de serviço efetuado entre o Poder e a Firma Hoyker Consultores Associados, consultando a mesma sobre a sua legalidade.— À Comissão Executiva.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando para composição da Comissão Especial para viagem a Brasília, propondo soluções aos problemas da agricultura, os Srs. Deputados Augusto Carneiro, Basílio Zanusso e

O SR. FIORI LUIZ (Pela ordem) — Como Presidente da Comissão de Segurança Pública, gostaria de informar ao Sr. Presidente de que a Comissão está legalmente constituída, com os seus membros já convocados para uma reunião a partir de agora no plenarinho desta Casa com livre acesso aos interessados, e, principalmente, à imprensa. Quando nós ouvirmos o trabalhador João Soares, inclusive para tirá-lo dessa situação até humilhante, parecendo mais um réu e não é este o caso aqui, não é um tribunal. Então, as partes interessadas serão ouvidas a partir de agora no plenarinho.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja o Projeto de Resolução nº 04/83, encaminhado à apreciação da Comissão de Recursos Humanos, após recebido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.— aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação. 26 aprovam, 2 Srs. Deputados rejeitam, não há "quorum" para deliberações, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Acredito que a Mesa elaborou em equívoco, porque não foi computado o voto do Presidente. São 26 favoráveis, dois contrários e o voto do Presidente. Há "quorum" para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa que para haver votação, deliberação de Plenário, são necessários a presença de 30 Srs. Deputados.

O SR. PAULO FURIATTI — Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere. 43 Srs. Deputados responderam a chamada. Está em votação o requerimento de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando que seja enviado expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que solicite ao Sr. Superintendente da Sucepar, o envio de uma equipe técnica para averiguar o problema de erosão urbana e rural no Município de Cianorte e Distritos de São Lourenço de Vidigal, assim como o Projeto Noroeste, com o Ministério do Interior. Aprovado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere. Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Dirceu Manfrinato, queiram levantar-se.

28 Srs. Deputados o aprovam, nenhum o rejeita. Não há "quorum" para deliberações, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando que seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a construção de dois trevos em Cianorte, no acesso para as Avenidas Maranhão e Pernambuco.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Bandeirantes e aos Serviços de Obras Sociais, para realização do XVI Congresso Nacional dos Serviços de Obras Sociais, naquela cidade, nos dias 23 e 24 deste mês.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Agricultura, para que autorize a abertura de um Posto de CAFÉ DO PARANÁ, no Município de Turvo.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, para que autorize a instalação de um Distrito Sanitário no Município de Pitanga.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo ao Sr. Diretor do Detran a instalação da 58ª na cidade de Rondon.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de que autorize a abertura de um Posto da CAFE DO PARANÁ, no Município de Pitanga.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para que autorize o envio de uma viatura policial para a Delegacia de Lu,ardelli.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que a Secretaria da Educação dê a denominação de "Pedro Boaretto Netto" ao Colégio Polivalente de Cascavel.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a implantação de um Plano de Emergência, englobando a ação conjunta de todas as Secretarias de Estado e outros organismos públicos como a Famepar, para socorrer os municípios recém instalados e que passam, no momento, por sérias dificuldades de ordem financeira.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que sejam determinadas providências da referida Pasta, visando a instalação de um destacamento policial, na localidade denominada Borda do Campo, Município de São José dos Pinhais.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de ponte sobre o Rio Cantu, na estrada que liga Nova Cantu-Altamira, com recursos da referida Secretaria.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Crédito Agrícola do Banco do Brasil em Brasília, no sentido de que seja instalado no Município de São Tomé, uma Agência do Posto Avançado do Banco do Brasil.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a conservação pelo D.E.R. da estrada intermunicipal que liga Altamira a Campina da Lagoa.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de ser construído no Município de Altamira, uma Unidade Sanitária.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do Prosafr para o Município de Nova Cantu.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do Prosafr para o Município de Peabiru.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do Prosafr para o Município de Quinta do Sol.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando liberação do Prosafr para o Município de Terra Boa.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do Prosafr para o Município de Sertanópolis.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do Prosafr para o Município de Ubiratã.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Senhora Secretária da Educação encarecendo a estadualização do ensino de 1.º grau, no Município de Altamira.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal "Folha de Londrina", que trata da situação do jornalista Juvêncio Mazzarollo.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros da Agricultura e Planejamento, encarecendo a fixação até o dia 15 de maio do corrente ano, nos preços mínimos, com dez por cento acima dos preços mínimos atuais do trigo.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de serem determinadas, através do órgão competente da referida Pasta, providências visando o asfaltamento da estrada que liga o Município de Juranda a Rancho Alegre D'Oeste, no Município de Goioerê.—

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a liberação do Prosafr, para o Município de Mamborê.—

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Ministra da Educação, em forma de apelo, no sentido de que sejam padronizados os uniformes escolares por modelos mais simples e de menor custo.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Guillin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes, no sentido de que efetue a construção de uma estação rodoviária no Município de Pinhão.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cor-

deiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e do Esporte a imediata transferência de auxílio financeiro às federações de esporte amador do Paraná.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Senhora Secretária da Educação, no sentido de que autoriza a instalação de um Núcleo Regional de Ensino no Município de Pitanga.—

Encerrada a discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, constato que no plenário não existe mais número suficiente para prosseguimento da sessão. Então requeiro à Mesa que tome providências para constatação de "quorum", porque não é possível prosseguir a sessão sem o número legal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Se Vossa Excelência requer a chamada nominal dos Srs. Deputados, a Mesa atende. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — Datíssima vênha a decisão de Vossa Excelência, o Líder do PMDB não requereu a chamada nominal. Ele falou em verificação de votação. Quer dizer, está sendo votada uma matéria, ele disse que não existe "quorum"...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece a Vossa Excelência que o regime de votação está suspenso porque não houve verificação de "quorum" para votação. Somente para prosseguimento da sessão. E a Mesa terá que proceder, se assim deseja o ilustre Deputado, para ver se há "quorum" ou não para prosseguimento da sessão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, absolutamente não pedi chamada nominal dos Srs. Deputados. Se não há outra forma, se Vossa Excelência entende que não há solução, requeiro então, consulto à Liderança, concordam? Que desse por discutida toda a matéria que está sobre a Mesa e passe para a Ordem do Dia de amanhã, para acelerarmos o processo. De vez que não há condições de votação, que todos os requerimentos em bloco sejam considerados apresentados na Mesa.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Pela ordem) — só para responder em nome da Liderança. Nós que iremos à sessão da Comissão respectiva, se os Deputados do PMDB decidirem declinar de suas inscrições para Explicações Pessoais, poderemos encerrar a sessão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito. Conseqüentemente, desisto das Explicações Pessoais para que nós possamos passar para a Comissão de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto o Sr. Deputado Tadeu França, se desiste de sua inscrição para Explicações Pessoais. (Desiste.) Havendo desistido, esta Mesa atende o requerimento das Lideranças e suspende a sessão, dando a matéria como em discussão encerrada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 29, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o artigo 89, § 1.º, do Regimento Interno.

Levanta-se a sessão.